

DOSSIÊ:
ANOS 80:
TRINTA ANOS DEPOIS

O LUGAR DO MOVIMENTO OPERÁRIO

O lugar e o tempo de “O lugar do movimento operário”, 30 anos depois

*Kazumi Munakata*¹

Depois de mais de 30 anos, que interesse pode ter ainda um texto de um mestrando, que apresentou seu trabalho num Encontro Regional de São Paulo da então Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh), atual Associação Nacional de História? Talvez não tanto pelo texto em si e seu autor, mas pela conjuntura que lhe deu origem. A situação vivida pela própria Anpuh era expressão dessa conjuntura, como se lê na “Apresentação” dos Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo, assinada por José Ênio Casalecchi, então presidente do Núcleo Regional de São Paulo da Anpuh:

O IV Encontro Regional de História de São Paulo [...] deveria ter ocorrido em Franca, no Instituto de História e Serviço Social da UNESP, em setembro de 1978. Esta fora a decisão da Assembléia Geral do III Encontro realizado em Santos, em setembro de 1976, graças ao empenho de alunos e professores francanos.

Por não ter contado com o apoio da comunidade acadêmica daquela instituição, ligada ao seu Departamento de História, acabou por acontecer em Araraquara. A falta de apoio, manifestada, inicialmente, pelo Diretor do Instituto, Professor Doutor Manuel Nunes Dias, prendia-se a duas questões: não concordava com as mudanças estatutárias sofridas pela Associação Nacional de Professores Universitários de História, no seu Simpósio de Florianópolis, e punha reservas ao tema central do IV Encontro

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor e pesquisador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da mesma universidade.

– Movimentos Sociais – uma vez que criticava a sua demasiada abrangência.

Apesar disto, colocava as dependências do Instituto ao dispor do Núcleo Regional de São Paulo, reservando-se o direito de não se fazer presente. Caberia à citada comunidade acadêmica francana manifestar-se a respeito. Ou por ter achado justas as ponderações do seu diretor ou por motivos que desconhecemos, ela acabou por desistir da realização, naquele local, do programado evento. (1980, p. i.)

Era tempo em que se exercitava a leitura semiótica das entrelinhas: quem é mesmo o “você” de “Você não gosta de mim, / mas sua filha gosta”, em *Jorge Maravilha*, de Julinho da Adelaide? – quem é mesmo Julinho da Adelaide?; Gilberto Gil gritou mesmo “Marighela” em *Alfômega*? No caso do texto mencionado, não havia dúvida: todos sabíamos que o mais importante do último parágrafo citado era “... por motivos que desconhecemos”. No ano anterior, a 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) também havia sido transferida às pressas de Fortaleza para São Paulo, “por motivos que desconhecemos”, que todos conhecíamos.

Também no ano anterior, a ANPUH, no IX Simpósio Nacional de História, ocorrido em Florianópolis (SC), havia mudado o seu estatuto. O que havia contrariado o professor Manuel Nunes Dias foi a transformação de uma associação de apenas professores universitários em uma entidade mais aberta, como narra Maria do Carmo Martins (2002, p. 122):

[...] em 1977, alunos de pós-graduação, professores do ensino fundamental e professores universitários favoráveis à “abertura” da ANPUH manifestaram-se, exigindo reforma nos estatutos e a participação em condições de igualdade nos eventos científicos, dos dois grupos de historiadores, que, apesar de serem profissionais da História, eram excluídos de atuar na Associação. Tratava-se de incluir, no rol de associados, os estudantes de pós-graduação e os professores de 1º e 2º graus. Professores universitários

contrários a essa incorporação de novos membros romperam com a Associação, afastaram-se dela (não sem antes declarar seu repúdio ao “desrespeito” que foi cometido aos estatutos de 1961) e criaram a Sociedade Brasileira de Pesquisa de História (HBPH).

Quanto ao tema central do evento impedido de acontecer em Franca, bem... o tempo era também de movimentos sociais, concordasse ou não o professor Nunes Dias com a sua “abrangência”. Em 1977, os estudantes voltaram às ruas, unificados em torno da palavra de ordem: “Pelas liberdades democráticas”. Percorreram, percorremos as ruas das principais cidades brasileiras entoando um quase-rap que anunciava “Vai acabar, vai acabar, a ditadura militar”. Além disso, iniciamos as articulações para a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo pagando um preço alto: a invasão violenta das dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) pelas tropas de Erasmo Dias, Secretário de Segurança Pública de São Paulo.

No ano seguinte, eram os metalúrgicos do ABC paulista e de São Paulo, além de várias outras categorias de trabalhadores. Como comentei num outro artigo,

uma coisa é driblar a repressão do coronel Erasmo Dias no centro de São Paulo, naquele ano estudantil de 1977; outra é percorrer a Via Anchieta para chegar a São Bernardo e perceber, no meio daquela multidão anônima, que a história agora tem mais densidade, com sujeitos que lhe conferem esse peso. (MUNAKATA, 2009, p. 50).

É por isso que aquele texto “O lugar do movimento operário”, apresentado no IV Encontro Regional de História de São Paulo, em 1978, inicia-se com uma homenagem aos trabalhadores do ABC paulista e de São Paulo:

O acontecimento político mais importante do primeiro semestre deste ano não foi a indicação do general Figueiredo para a presidência e a conseqüente crise do meio militar, nem o surgimento

da candidatura dissidente do senador Magalhães Pinto, nem tampouco a articulação da Frente Nacional de Redemocratização. Foi, na realidade, a irrupção do movimento grevista que, iniciado na região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do Estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores [...]. Fato político mais importante, sim. Embora a análise da dimensão e das conseqüências precisas deste surpreendente movimento esteja ainda por fazer [...], não se pode negar que o movimento fez emergir à tona da pantanosa cena política brasileira um novo fator: exatamente a presença dos trabalhadores, o que, aliás, já foi amplamente constatado.

Mais tarde, essas palavras foram comentadas com certo assombro por Eder Sader (1988, p. 25-26):

No momento em que escrevo, 9 anos depois, [...] a afirmação feita por Kazumi, atrevida no seu tempo, corre até o risco de parecer banal. Mas é preciso que nos situemos naquele momento para poder avaliar a dimensão da ousadia. Basta aliás acompanhar seu empenho ao polemizar sobre o lugar atribuído ao movimento operário nas representações dominantes. Na forma mais visível, nos meios de comunicação de massa, as greves eram noticiadas nas seções de economia e referidas separadamente aos diferentes setores da produção em que ocorriam.

Mas o que poderia escrever um jovem estudante, formado na tradição do chamado “marxismo ocidental”, que acabara de abandonar o marxismo-leninismo por considerá-lo extremamente conservador, pois essa ortodoxia pretendia substituir o proletariado pelo Partido? O que eram essas greves senão a confirmação da autonomia operária, sem “senhores, patrões, chefes supremos”, como propugnava o hino *A Internacional*? “A emancipação da classe trabalhadora deve ser obra dos próprios trabalhadores”, também vaticinavam os estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores, redigidos por Marx.

Pelo menos essa era a minha aposta. Do meu lugar, era preciso

elucidar no movimento grevista os indícios da autodeterminação proletária. Também não era impossível uma leitura oposta: muitos pretenderam confirmar ali os limites economicistas da consciência operária abandonada ao espontaneísmo, sem direção política “justa e correta” da “vanguarda”. Era uma época em que a produção acadêmica ousava apostar, expressando as expectativas dos autores, fazendo disso a chave de análise. Telles (1987; p.60-61) aponta para a questão, citando uma aposta de Weffort:

nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que, se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la.” Invenção e engrandecimento que tinham o sentido de “sinais e valores presentes na ação política e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torná-los uma realidade. Numa palavra, nós precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos a liberdade.

Do mesmo modo, os sinais de autonomia operária foram vistos por quem desejava, precisava vê-los...

Mais tarde, Adalberto Marson (1992, p. 36-37), flagrou essa aposta heurística, que, teria fechado “um círculo unindo *fato* e *fator*”:

O fato, que a classe criava com sua presença (e a própria densidade da greve documentava tal presença) transformava-se num fator, porque o movimento operário havia suscitado o aparecimento de um certo historiador que era capaz de preencher o conteúdo do fato com os devidos sentidos periodizadores e interpretativos. O fato não simplesmente acontecia, mas suscitava um certo critério de leitura do real. Por isso, o historiador confundia propositalmente crítica historiográfica com crítica do presente imediato, sempre para demonstrar que em ambas as esferas da cultura (historiografia e política) o tema em questão (classe operária, seu movimento e sua possibilidade de tornar-se um sujeito histórico) acabava sendo

rebaixado porque nele estava ausente o mesmo pressuposto (a não identidade). Passado, presente e futuro fundiam-se na mesma temporalidade, momentos que seriam do acontecer de um mesmo projeto.

Não disponho de competência para entender o que significa aí o termo “fator”, mas, em todo caso, acreditava haver certo consenso entre historiadores de que o fato não é o simples acontecimento, mas resultado de uma construção, estabelecendo, exatamente “um certo critério de leitura do real”, e esse critério é a atribuição ao acontecido de um significado. Isso não me parece muito diferente do que propôs Thompson (1981, p. 52-53):

Somente nós, que estamos vivendo agora, podemos dar um “significado” ao passado. [...]

Esse julgamento deve estar ele mesmo sob controles históricos. Deve ser adequado ao material. Será inútil queixar-se de que a burguesia não foi comunitária, ou de que os Levellers não introduziram a sociedade anarco-sindicalista. O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos pelos atores do passado, e rejeitar outros. [...]

Nosso voto nada modificará. E não obstante, em outro sentido, pode modificar tudo. Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles, são os que tornam a história significativa *para nós*, e que esses são os valores que pretendemos ampliar e manter em nosso próprio presente.

De resto, se o passado e o presente estavam embaralhados, é porque a historiografia e a cultura política e jornalística analisadas naquele velho texto pertenciam a mesma temporalidade, a que excluía os trabalhadores do lugar da história. Sobre o futuro, o texto não fazia nenhuma menção, mas passados 30 anos é possível já diagnosticar que a exclusão pouco mudou. Ou, talvez, tenha piorado. Como constatou Batalha (1998, p. 154), no final dos anos 1980 ocorreu “uma perda de interesse acadêmico na história operária que se traduziu no decréscimo do peso das

pesquisas nesse campo [...]”. O texto de Marson (1992, p. 148) também constatou que “o tema ‘classe operária’ está em baixa”, não tanto pelo esgotamento do tema: “antes, o que se esgotou foi um determinado enfoque, mais precisamente, um padrão metodológico e interpretativo”.

Tal “padrão”, que passava do “fato” para o “fator”, fazendo emergir um “certo historiador” capaz de dar sentido aos acontecimentos (como, por sinal, fazem todos os historiadores), estaria associado a uma “neomilitância” (p. 37), pela qual

o historiador estaria forjando uma identidade com os trabalhadores, ao se colocarem em sua “condição” e ao viverem no discurso sua “experiência” e seu “ponto de vista”. No limite, talvez se esperasse que a possibilidade de uma história operária implicaria previamente a existência de historiadores-operários, ou que se sentissem como tal. (p. 38.)

Confesso não conseguir acompanhar esse raciocínio em todo o seu alcance. O fato de, na época, ainda considerar que a classe operária era o sujeito por excelência da história obrigava a mim, esse estudante pequeno-burguês, a não “forçar” uma identidade com ela e, por isso mesmo, não me filiei ao Partido dos Trabalhadores, que, na minha opinião, já contava com intelectuais “capas-pretas” em demasia. Depois, como professor, não participei de cursos de formação de quadros; jamais pensei em operário-historiador, pois historiador é historiador, de origem operária ou não. Há uma leviandade em não querer entender que a passagem da ortodoxia marxista-leninista para a autonomia operária implica interdição radical às veleidades de vanguarda ou mesmo de identidade. Como historiador, posso lançar algumas perguntas, frutos de minhas expectativas, que as tomo como guias da minha investigação. Não é assim que sempre trabalhamos, os historiadores? Não precisamos tornar-nos romanos ou esperar que os romanos se tornem historiadores para fazer uma história de Roma. Cito novamente Thompson:

No fim, nós também estaremos mortos, e nossas vidas estarão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas a um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse. Podemos apenas esperar que os homens e mulheres do futuro se voltem para nós, afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história inteligível dentro de seu próprio presente. (p. 53)

Thompson? Um inglês! Qual Alberto Torres, em seu surto nacionalista, Marson denuncia, com ironia:

Foram esses mesmos temas que o projeto historiográfico já aludido pretendeu por em relevo aqui no Brasil, todavia sob uma linha unitária de abordagem, transmitindo-os pelos nossos canais de conhecimento histórico através de um eixo, ao que parece, de fabricação genuinamente nacional (MAGLIN; FOUCAULT; THOMPSON; CASTORIADIS, p. 44.)

A esse respeito, só posso comentar que sou também de “fabricação genuinamente nacional”: nasci no Japão e nunca pensei em naturalizar-me brasileiro.

Recentemente, Marco Antonio Perruso (2009, p. 150), na tese em que faz um balanço da produção do período sobre movimentos sociais (ou populares), publicou um trecho da minha entrevista, em que procurei explicar o que, a meu ver, significou tudo isso:

Então, fui lá avaliar {a bibliografia} e percebo que o movimento operário era entendido como uma coisa meramente subsidiária, marginal. Era considerado como mera força econômica. E queria perceber a importância do movimento operário [...]. Aquela ANPUH, aquele Encontro Regional {em Araraquara} foi realizado às pressas [...]. Aquele encontro já nasceu como uma resistência. [...] Eu acho essa repercussão {que o texto teve} muito mais simbólica do que realmente [de] uma importância acadêmica. O cara que falou de repente, meio que na “porralouquice”, falou umas coisas que estavam engasgadas na garganta de muita gente.

Não à toa, ninguém faz referência à análise da historiografia que realizei após discorrer longas páginas sobre o movimento de 1978. Tratava-se, efetivamente, da parte acadêmica, um balanço preliminar sobre o lugar (esta palavra que tanto intrigou Marson) concedido pela bibliografia ao operário e ao movimento operário. Ali estão Caio Prado Jr., Luiz Werneck Vianna, Leôncio Martins Rodrigues, Paula Beigelman, Boris Fausto, Robert Rowland, James Malloy, Paulo Sérgio Pinheiro e Francisco Weffort – alguns dos autores então disponíveis à época.

Mas o que ficou mesmo foi o trecho inicial, não porque fosse algo premonitório ou arguto, mas porque era o que precisava ser dito. Do ponto de vista estritamente acadêmico, este trabalho de um mestrando não tem o menor interesse. Se aqui se publica novamente só pode ser pela generosidade dos organizadores deste dossiê, a quem agradeço imensamente, que decidiram restaurá-lo como um documento que expressa uma época em que éramos felizes contra a ditadura.

São Paulo, março de 2010, 32 anos depois

Referências

BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marco Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 145-158.

CASALECCHI, José Ênio. Apresentação. In: CASALECCHI, José Ênio; TELAROLLI, Rodolpho (Org.). *Movimentos Sociais*. Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo. Araraquara: Unesp, 1980. p. i-ii.

MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; LEWKOWICZ, Ida. *Jogos da política*. Imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1992. p. 31-49.

MARTINS, Maria do Carmo. *A História prescrita e disciplinada nos*

currículos escolares. Quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: Edusf, 2002.

MUNAKATA, Kazumi. Minhas experiências e práticas com as noções de experiência e prática: da consciência filosófica ao senso comum. *Educativa*, v. 12, n. 1, 2009. p. 31-71 Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/educativa/issue/view/65/showToc>>.

PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do "novo"*. Intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980. São Paulo: Annablume, 2009.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 54-85.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

O LUGAR DO MOVIMENTO OPERÁRIO*

*Kazumi Munakata*²

O acontecimento político mais importante do primeiro semestre deste ano [1978] não foi a indicação do general Figueiredo para a presidência e a conseqüente crise do meio militar, nem o surgimento da candidatura dissidente do senador Magalhães Pinto, nem tampouco a articulação da Frente Nacional de Redemocratização. Foi, na realidade, a irrupção do movimento grevista, que, iniciado na região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do Estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores e estendendo-se até os dias de hoje.³ Fato político mais importante, sim. Embora a análise da dimensão e das conseqüências precisas deste surpreendente movimento esteja ainda por fazer – não há sequer uma lista completa das empresas paralisadas e do número dos grevistas, nem das conquistas alcançadas –, não se pode negar que o movimento fez emergir à tona da

* A primeira versão deste texto foi publicada nos Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo/ANPUH – MOVIMENTOS SOCIAIS –, ocorrido na UNESP de Araraquara, em 1980.

² Kazumi Munakata é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor e pesquisador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da mesma universidade.

³ A redação da presente comunicação só foi terminada a 3 de setembro quando a greve dos professores do primeiro e segundo graus da rede oficial de São Paulo entrava em seu período crítico, com a decretação, pelo secretário da Educação, de férias antecipadas nas escolas paralisadas – um verdadeiro *lock-out* –, ao mesmo tempo em que o movimento grevista atingia os operários metalúrgicos de João Monlevade (Minas Gerais) e os bancários paulistanos. A greve desta última categoria refluíu rapidamente devido às pressões do governo (acionamento do decreto-lei antigreve n. 1.632), do patronato e também dos órgãos de segurança.

pantanosa cena política brasileira um novo fator: exatamente a presença dos trabalhadores, o que, aliás, já foi amplamente constatado.

E qual o significado desta presença? Enquanto os setores oficialmente políticos emendam e remendam o quadro da legalidade existente, o movimento grevista aponta, mesmo sem um projeto explícito – mesmo porque um projeto nunca é um *a priori* dado, mas um eterno fazer-se –, uma perspectiva de ruptura com esse marasmo. Ao reivindicar melhores salários, o movimento grevista pôs em xeque as fórmulas esotéricas que, sob a justificativa tecnocrática de “racionalizar” a economia colocando-a na mão de especialistas, regiam a remuneração da força de trabalho. E, com isso, começou a deitar por terra um dos cavalos de batalha do regime: o arrocho salarial, que possibilitou um padrão de acumulação de capital sem precedentes na história brasileira, e cuja vigência “justificava” as mais variadas formas de repressão e controle. Aliás, a greve em si, que representou a negação absoluta da lei de greve, aponta para a superação desses mecanismos de repressão; o controle do movimento operário por meio do sindicalismo oficial – um dos importantes elementos do regime, embora não criado por este – também começa a se tornar caduco com o transbordamento do movimento grevista dos marcos rígidos da estrutura sindical vigente, com a formulação de novas formas de organização – como comitês de fábrica –, e com a assimilação de proposta de sindicalismo livre, independente, autônomo e unitário, forjado a partir da base, na luta cotidiana dos trabalhadores. Mais ainda: impondo a realização de negociações diretas, o movimento, na prática, prenuncia que qualquer discussão sobre “os modelos econômicos” alternativos (já que o do “milagre” está em crise) só pode se legitimar com a participação dos trabalhadores.

Tudo isso abre um processo de desatamento de verdadeiros nós górdios do regime, e subtrai da atual polêmica sobre a “redemocratização” o caráter meramente jurdicista que pensa um “Estado de Direito” em oposição ao “Estado de exceção”. A emergência dos trabalhadores nesta polêmica, embora de modo

embrionário e não explícito, desloca totalmente o problema: não se trata mais de combater a situação vigente meramente por ser de exceção, mas pelo seu significado; da mesma forma, a questão da democracia não se resume na legitimidade da lei, mas inclui necessariamente a questão dos trabalhadores, de sua organização livre e independente em todos os níveis, e da sua participação ativa na vida social. Enganam-se, portanto aqueles que, numa análise formal, aproximam a atual conjuntura da de “redemocratização” de 1945. Hoje, o eixo da questão, após o movimento grevista, é bem diferente daquela época; hoje, não se pode mais, como aconteceu em 1945, passar por cima dos trabalhadores. E isto é um fato político de suma importância, o mais importante, talvez, não só do primeiro semestre deste ano, mas dos últimos tempos.⁴

Até aqui, nada de novo: os órgãos de imprensa, de modo geral, com maior ou menor ênfase, têm feito análises semelhantes. Mas onde as notícias do movimento foram veiculadas? Como as informações foram organizadas neste espaço discursivo que são as páginas dos jornais? Basta examinar um exemplo. A primeira da imensa série de greves começou, na realidade, não em maio, mas em março: foi a greve dos dubladores, cujo desfecho ainda é ambíguo. Ela foi pouco divulgada, e, o que é pior, as notícias a respeito figuravam sistematicamente na seção de “amenidades” dos jornais, ao lado da crítica dos livros, cinemas e teatros ou fofocas sobre artistas: em outras palavras, a greve aparecia como uma mera curiosidade desse exótico mundo cultural, em meio às colunas que o leitor “médio” ou não lê, no mínimo lê com os olhos diferentes daqueles que percorrem as seções mais “sérias”.⁵

⁴ Aliás não é à toa que, exatamente no momento em que a classe operária, através de alguns dos seus sindicatos, procura influir em seu benefício na discussão e na emenda do projeto de reforma constitucional – que a ignora –, o ministro do Trabalho Arnaldo Prieto lance a portaria n. 3.337 (8/9/1978), lembrando que “a atividade político-partidária [...] é vedada aos sindicatos [...]” (*Folha de S. Paulo*, SP, 10 set. 1978, p. 4).

⁵ “A resposta? Não tenho, sinceramente. E por favor, leitor, não procure ela aqui, não. Minha coluna é modesta: ela quer apenas polir, ornar e perfumar

Da mesma forma, a greve dos residentes e dos professores aparecia nas páginas dedicadas às questões educacionais ou estudantis; a dos médicos, nas seções de saúde, e assim por diante, como se não houvesse um eixo unificando os movimentos de cada categoria: precisamente a reivindicação por melhores salários, melhores condições de vida e trabalho, e, implicitamente, pela liberdade de organização e expressão independentemente das formas tutelares existentes. Assim, uma das principais

seu ócio. Não é à toa que a coluna faz parte da 'Folha Ilustrada'. Coisinha amena, tranquila, linguagem jornalística, enfim, cultura.

Ta legal. Concordo que a cultura, muitas vezes, entristece. Há um grande mal estar colado nela, não? Mas vamos fazer o possível pra gente se divertir. Divertir ilustrando ou sendo ilustrado, o que dá no mesmo: 'Folha Ilustrada'. Se ensaiasse dizer o que penso sobre o que poderia ser secundário ou essencial em nossa época, teria de passar pela economia e, sobretudo, pela política. Ora, o jornal está dividido e compartimentalizado: se você quiser política, vá direto a outras páginas, mais sérias e consistentes. 'Folha Ilustrada' é outro jazz: só depois de percorrer o editorial, os analistas políticos, de refletir sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, só depois de tentar entender a conjuntura e se horrorizar com a violência da página policial, aí sim você pode, ufa! já cansado, curtir o setor cultural e ameno do jornal. Ou seja, você estará apto e preparado para ser ilustrado. A realidade, evidentemente, não é assim tão fragmentada e compartimentalizada – mas quem disse que jornal tem alguma coisa a ver com a realidade?" (VASCONCELLOS, Gilberto: Quero a Geral. *Folha de S. Paulo*, SP, 4 set. 1978. p.20). Estas palavras aparecem na seção "Folha Ilustrada", exatamente a das "amenidades" do jornal *Folha de S.Paulo*.

Só mais um exemplo de como os jornais situam uma notícia. No dia 24 de agosto de 1978, duas mil operárias da fábrica De Milus (Rio de Janeiro) revoltaram-se contra as revistas vexatórias por que passavam sob a suspeita de furto de mercadorias. O tumulto se agravou com a chegada de policiais, que atacaram as manifestantes com violência, utilizando-se inclusive de bombas de gás lacrimogêneo. Esta notícia – que em essência revela o grau de arbitrariedade e autoritarismo que se estabelecem nas relações patrão-empregado no interior de uma empresa – foi veiculada nos jornais de um modo jocoso, como se fosse um caso pitoresco e anedótico, só porque o fato envolvia mulheres numa revolta selvagem e porque a empresa produz *soutiens* e calcinhas. O *Jornal da Tarde* chegou ao cúmulo de incluir a notícia na coluna policial, com o título de péssimo gosto, aliás, plagiado de uma pornochanchada: "Origem da confusão na fábrica: o roubo das calcinhas" (*Jornal da Tarde*, São Paulo, 25 ago. 1978. p.2).

características do movimento, apesar da diversidade das categorias e da não simultaneidade das paralisações, que é a de se expressar como um movimento unitário dos trabalhadores ficou totalmente diluída nas páginas dos jornais, e isto em nome das exigências “técnicas” editoriais.

Mais ainda: onde os jornais situaram a greve dos operários metalúrgicos, que foi sem dúvida alguma a mais importante, tanto pelo seu caráter detonador de outros movimentos, quanto pelo fato de pôr a descoberto todas as implicações políticas do acontecimento? É certo que os operários ganharam as primeiras páginas dos jornais e até mesmo mereceram alguns editoriais. Mas onde estavam as matérias centrais? Na seção de economia, que, aliás, é pouco lida. Assim como antigamente a questão operária era um caso de polícia (e até recentemente os jornais noticiavam os tumultos causados pelo atraso de pagamentos na seção policial), é hoje tratada como uma questão econômica. (O curioso, diga-se de passagem, é que a polêmica “econômica” sobre a estatização, que tanto agitou as páginas da imprensa, aparecia tanto na seção de política nacional quanto na de economia). Em suma, o fato político mais importante foi reduzido, novamente, por questões “editoriais”, a um mero fato econômico. Com isto, na ordem do discurso da imprensa, recusa-se aos trabalhadores o estatuto de agentes sociais.

Na realidade, porém, não há que culpar apenas os jornais. Estes apenas reproduzem de modo mais grosseiro a velha compartimentalização da realidade em “instâncias” estanques, relacionadas cada uma com um saber específico e positivo. Assim, o econômico separa-se do político, e, neste ato de separação, definem-se as personagens correspondentes. O político – e isto é muito claro nos jornais – aparece como uma prerrogativa exclusiva dos políticos “oficiais”, em conformidade com aquela proposição já clássica segundo a qual “quem quiser fazer política que entre nos partidos existentes”.⁶ O trabalhador é, por sua vez, confinado

⁶ Esta proposição, aliás, foi retomada pelo ministro do Trabalho em sua portaria citada acima.

à instância do econômico: ele é uma função da produção, e, nesta medida, é contabilizado juntamente com demais fatores da produção.

Este procedimento empregado pelos diretores das empresas – o que é até bem compreensível –, permeia, no entanto, os estudos que as propõem “científicos”. Veja-se o exemplo de Caio Prado Jr. Apesar de a sua obra ter sido considerada por Guilherme Mota como pioneira, em que “as classes emergem pela primeira vez no horizonte de explicação da realidade social brasileira [...]”,⁷ aquele autor, nas escassas referências que faz aos trabalhadores urbanos, constata simplesmente “a habilitação técnica do trabalhador europeu, muito superior ao nacional regresso da escravidão”,⁸ além da “disponibilidade da mão-de-obra”⁹ e o conseqüente empobrecimento da massa assalariada.¹⁰ Qualificação técnica, volume e preço da força de trabalho são os únicos aspectos relativos à classe operária revelados por Caio Prado Jr. que dedica uma dezena de páginas sobre a industrialização em sua *História Econômica do Brasil*.

Aliás, é na bibliografia sobre a industrialização que se ressentem mais da redução da classe operária a um mero fator da produção. É evidente que ao se propor a análise sobre o tema da industrialização (ou sobre qualquer tema), o analista é obrigado a efetivar determinados recortes da realidade. E, nesse sentido, o pesquisador do tema da industrialização necessariamente deve pôr ênfase nos fatores “econômicos” que indiquem o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Mas até que ponto é possível abstrair a influência do movimento operário

⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *A historiografia brasileira nos últimos 40 anos: tentativa de avaliação crítica*. In: *Debate & Crítica* 5. São Paulo, HUCITEC, mar. 1975. p. 8. O mesmo texto encontra-se em MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1977. p. 28.

⁸ PRADO JR., Caio: *História Econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense: 1970. p. 260-261.

⁹ Idem, *ibid.*, p. 259.

¹⁰ Cf. idem, *ibid.*, p. 265.

na determinação do preço (e não do valor) da força de trabalho? Como é possível pensar o processo de industrialização no Brasil – que corresponde não ao “desenvolvimento” em geral, mas ao do capitalismo, como bem mostraram os recentes estudos sobre o tema –, sem passar pela questão da formação das classes e da sua ação sobre a vida social, inclusive sobre as condições do mercado?

Por outro lado, os trabalhos consagrados exatamente à análise da formação das classes insistem em considerar os trabalhadores primeiramente como um fator econômico. Não que não haja preocupações com a ação operária, muito pelo contrário. Estas análises, que Werneck Vianna denomina vertente “sociológica”,¹¹ têm como objetivo buscar a compreensão do que se definiu como “comportamento” e “atitudes” do elemento operário. O ponto de partida pelo econômico é, portanto, uma tentativa de estabelecer as determinações estruturais que informariam o “comportamento” operário. Assim, arrolam-se a origem da classe (imigrantes ou nativos, estes vindos do campo ou não), sua discriminação por idade e sexo, a capacitação técnica dos trabalhadores etc. Enfim, analisam-se todos os dados “objetivos” que configurariam o perfil da força de trabalho no Brasil, para então examinar o seu aspecto “subjetivo”, comportamental.

Não é preciso aqui criticar as noções de “comportamento”, “atitude” e mesmo de “estrutura” que integram, no contexto, o ideário da sociologia funcionalista, como muito bem apontou Werneck Vianna.¹² É muito mais importante indicar a arbitrariedade com que se estabelecem nexos causais entre a “estrutura” e o “comportamento”, entre o “objetivo” e o “subjetivo”. Alguns exemplos deste procedimento são clássicos:

A partir de 1930 – escreve Leôncio Martins Rodrigues –, a ação conjunta de diversos fatores de ordem econômica, técnica, política

¹¹ Cf. VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB: Boletim Informativo e bibliográfico de Ciências Sociais* 3, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978. p. 9-24.

¹² Cf. idem, *ibid.*, p. 10, 14.

e social acelerou as transformações da composição interna do proletariado. [...] Processou-se uma mudança na composição étnica e cultural da classe operária paulista. [...] Com o decréscimo da imigração européia [...] a proporção de operários estrangeiros entrou em acentuado declínio e a indústria se viu forçada a recorrer a mão-de-obra nacional. Os trabalhadores europeus, mais qualificados e portadores de uma tradição de luta socialista e sindicalista, viram-se submergidos pela massa de operários nacionais, de qualificação profissional muito baixa e amiúde sem experiência de vida num centro urbano relativamente grande [...]. Essas não foram as únicas modificações relacionadas ao movimento operário. Os grupos de trabalhadores dotados de um ofício ainda próximo da atividade artesanal, [...] que na fase anterior davam o tom ao movimento sindical, de ideologia anarquista, passaram a segundo plano ante os trabalhadores das indústrias modernas, como fiação e tecelagem, mecânica e metalúrgica”.¹³

A tese que vincula os trabalhadores imigrantes e a produção artesanal ao anarquismo, o trabalhador nacional semiqualeficado e a indústria moderna ao populismo, é por demais recorrente na bibliografia sobre o movimento operário, tanto quanto, mais recentemente, as críticas a ela. Estas referem-se tanto à insuficiência do material empírico para a formulação daquela tese, quanto aos problemas metodológicos que ela suscita. É bastante pertinente, por exemplo, a seguinte análise de Werneck Vianna:

Essas conclusões obtidas através de uma “démarche” sociológica, quase demográfica, não se detém na análise da formação social concreta. Assim, não se inclui a classe operária e as demais classes em seu específico sistema de oposição no interior de um modo de produção capitalista, num estágio de desenvolvimento dado.¹⁴

¹³ RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sindicalismo no Brasil. In: RODRIGUES, L.M. (Org.). *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difel, 1968. p. 346-347.

¹⁴ VIANNA, L. W., op. cit., p. 13

Em termos mais gerais, o que é mais problemático na abordagem “sociológica” é a redução imediata de uma prática política (ou “comportamento” e “atitudes”) às “determinações estruturais”. Nada garante que se, por exemplo, não tivesse havido a substituição da composição étnica dos trabalhadores, a sua “atitude” permaneceria a mesma. Afinal, a combatividade e a tendência política de uma classe não fazem parte – infelizmente – do código genético, transmitido de pai para filho. O que então unifica as várias gerações de trabalhadores em uma “tradição de luta”? Não é a permanência de indivíduos ou um tipo de indivíduos (por exemplo, italianos) durante um certo período. A experiência da classe só se acumula enquanto tal se a classe se apresenta como um ser social supraindividual; caso contrário, só pode haver experiências isoladas de indivíduos que morrem com estes. Em outras palavras, o que sintetiza e unifica a experiência da classe enquanto tal é a sua organização, seja em sindicatos, seja em partidos ou em outras formas de associação. Nessa medida – e aqui ou abstraindo a questão das mudanças nas formas de produção –, o que pesa mais para a ruptura na “atitude” operária não é a substituição de italianos por brasileiros, mas a quebra da organicidade da classe operária num determinado momento da sua história. Isto significa que a mudança da forma organizativa dos trabalhadores não deriva imediata e logicamente, como pretende Leôncio Martins Rodrigues, das transformações “estruturais”, mas que é mediatizada por vários outros fatores como, por exemplo, a luta entre as tendências políticas da classe operária e a repressão.

O reducionismo, na verdade, traz implícito uma concepção de que as “determinações estruturais” constituem uma realidade primeira, o já-dado (tanto logicamente quanto na realidade), do qual deriva e se deduz todo o resto, enquanto uma realidade segunda. Diante disso é preciso reafirmar uma banalidade: não existe nenhuma relação de anterioridade entre as esferas da sociedade: esta se institui como tal não porque pré-existe um germe inicial que vai se multiplicando e se projetando, como se fosse o processo da criação segundo a Bíblia, mas porque seus

vários momentos coexistem e se articulam em uma totalidade. As relações de produção não antecedem a uma sociedade, mas constituem as relações de produção *em* e *de* uma sociedade. Da mesma forma, o operário não aparece em primeiro lugar como objeto do capital, um fator da produção, para depois se constituir em um sujeito contra o capital como pretendia Lukács.

Tendência essencial do capitalismo – propõe neste sentido Cornelius Castoriadis – a reificação não pode jamais se realizar integralmente. Se ela o conseguisse, se o sistema lograsse efetivamente transformar os homens em coisas mudas unicamente pelas “forças” econômicas, ele desabaria não a longo prazo, mas instantaneamente. A luta dos homens contra a reificação é, tanto quanto a tendência à reificação, a condição de funcionamento do capitalismo. [...] O capitalismo só pode funcionar recorrendo à atividade propriamente *humana* de seus subjugados, ao mesmo tempo que tenta reduzi-los e desumanizá-los o mais possível.¹⁵

Por isso, prossegue Castoriadis:

Nesta atividade social fundamental que é o *trabalho* e nas *relações de produção*, onde este trabalho se efetua, a organização capitalista se apresenta, desde os seus primórdios, dominada por um conflito central. Os trabalhadores só aceitam em parte [...] as tarefas que lhe são assignadas. Os trabalhadores não podem participar efetivamente da produção e não podem não participar dela. A direção não pode não excluir os trabalhadores da produção e não pode excluí-los. [...] A crise da empresa capitalista apresenta outros múltiplos aspectos [...], mas na base [...] trata-se precisamente de um conflito que se exprime em uma luta incessante, mesmo que esta seja implícita e dissimulada.¹⁶

¹⁵ CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. 3. ed. Paris: Seuil, 1975, p. 23.

¹⁶ Idem, *ibid.*, p. 110. Cf. também CASTORIADIS, C. *L'expérience du mouvement ouvrier 1. Comment lutter*, Paris, 10/18, 1974. p. 99.

Em suma, o que Castoriadis propõe é que o operário, pela sua inserção mesma nas relações de produção – e não pelo seu grau de consciência ou coisa que o valha –, inicia um processo de resistência à organização capitalista de trabalho, uma verdadeira “contragestão” do trabalho, ainda que difusa e não explícita enquanto programa. É esta luta que pode se desdobrar tanto em reivindicações “econômicas” – diminuição da jornada de trabalho, aumento salarial etc. – como em projetos revolucionários.¹⁷ O grande problema dos estudos sobre a industrialização ou da vertente “sociológica” do movimento operário reside, portanto, em abstrair este conflito que se instaura no momento mesmo do ingresso do indivíduo na produção como uma função produtiva. É impossível subsumir integralmente o operário à lógica do movimento do capital, pois ele, ao mesmo tempo em que aparece como um elemento desta lógica, insurge-se também como seu “contraelemento”.

Essas considerações chocam-se também frontalmente com a mais recente abordagem do movimento operário que, conforme indica Werneck Vianna,¹⁸ privilegia a relação deste com a cumulação do capital.

A série de investigações – escreve Werneck Vianna – que examinam a natureza, funções e condições de imposição da legislação trabalhista no pós-30 [...], tem como característica comum a tentativa de estabelecimento da sua associação com a história do capitalismo no país. Nesse sentido, acentuam que a história da classe operária não pode ser lida como uma livre construção sua, mas principalmente de como foi objeto do poder regulatório e repressivo do Estado. [...] Sublinham sobretudo que a ordem corporativa e mais tarde a conservação das instituições corporativas sindicais na época liberal correspondem a uma prática intencional para a desmobilização desta classe, numa intervenção sobre o mercado de trabalho cujos fins

¹⁷ Cf. CASTORIADIS, C. *L'institution...*, op. cit., p. 110-111 e CASTORIADIS, C. *L'expérience du mouvement...* op. cit., p. 89-103.

¹⁸ Cf. VIANNA, L. W. op. cit., p. 16-20.

foram os de viabilizar, pelo recurso à violência – institucionalizada ou não – a acumulação primitiva do capital”.¹⁹

Mesmo sem discutir aqui o emprego problemático da noção de acumulação primitiva do capital” – que tem sua origem no famoso texto de Francisco de Oliveira²⁰ –, é importante assinalar que esta abordagem, se tem o grande mérito de introduzir a discussão do tema das instituições, sobretudo jurídicas, o faz de um modo unilateral. O que se releva à “realização institucional do capitalismo brasileiro”,²¹ em particular, a presença do Estado na formação e na regulamentação do mercado interno, no caso, da força de trabalho, através das leis trabalhistas e previdenciárias, a fim de instaurar um “novo modo de acumulação”, para empregar o vocabulário de Francisco de Oliveira. Por que unilateral? Porque tudo se integra perfeitamente no movimento da acumulação do capital, e tudo se transforma em emanção desta ou em seu instrumento. Assim, Werneck Vianna, ao propor uma nova periodização do movimento operário e sindical, o faz segundo os critérios do “estatuto de legalidade criado para os sindicatos” e do que denomina “situação de mercado”.²² Na realidade, estes dois critérios são apenas duas faces de uma mesma moeda, o primeiro no nível jurídico o que o segundo situa no nível econômico, e ambos se referem às condições de controle do mercado da força de trabalho, e, portanto, da possibilidade de instauração do “novo modo de acumulação”. Disto resulta que a sua periodização – que compreende nove períodos²³ – obedeça muito mais à cronologia das legislações sindicais – expressões do movimento do capital no Brasil em busca de seu “modo de acumulação” –, do que aos

¹⁹ Idem, *ibid.*, p. 18.

²⁰ OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: *Seleções CEBRAP 1*. São Paulo: CEBRAP, 1975.

²¹ VIANNA, L. W. *op. cit.*, p. 19.

²² VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 37.

²³ Cf. idem, *ibid.*, p. 38-39.

avanços e retrocessos do movimento operário e sindical. É dentro desta ótica que Werneck Vianna pôde afirmar, no texto citado mais acima, que “a história da classe operária não pode ser lida como uma livre construção sua, mas principalmente de como foi objeto do poder regulatório e repressivo do Estado”.

É evidente que essa vertente de interpretação não omite a pressão da classe operária na elaboração de tal ou qual lei:

As conquistas decisivas na formação das leis protetoras do trabalho – afirma Werneck Vianna –, em primeiro lugar, antecedem a 30 e foram alcançadas num processo de luta em que não foram poucas as vitórias operárias. Acresce que a pressão operária pelas leis trabalhistas nem sempre esteve desacompanhada do apoio de outros setores sociais.²⁴

E, no entanto, prossegue o autor,

a legislação do trabalho getuliana está a exigir uma releitura, pois, a par de ter generalizado um direito preexistente, constitui-se, na verdade, num elemento de contenção da liberdade do movimento do sindicalismo. Seu objetivo de fundo foi o de impor uma decisiva reorientação nas relações entre o capital e o trabalho.²⁵

Novamente os desígnios da acumulação comandam o processo. Se a classe operária luta pelos seus direitos e os conquista, esta vitória é assimilada e aproveitada pelo movimento do capital; ou melhor, esta própria luta aparece como uma manifestação do movimento do capital, e os trabalhadores ingressam na luta, segundo a irônica observação de Castoriadis, como atores “exatamente no sentido de que os atores no teatro recitam um texto dado previamente e executam gestos predeterminados, e onde, quer representem bem ou mal, não

²⁴ VIANNA, L. W.: Sistema liberal e direito do trabalho. in *Estudos CEBRAP* 7, jan./mar. 1974. p. 138.

²⁵ Idem, *ibid.*, p. 138.

podem impedir que a tragédia se encaminhe para o seu fim inexorável”.²⁶ A acumulação é quase como Deus que escreve certo por linhas tortas...

Com estas considerações não se pretende negar na legislação trabalhista getuliana o caráter repressivo, controlador e ao mesmo tempo propiciador da acumulação, mas apenas relativizar o quase naturalismo que os autores desta vertente assim como os da industrialização imprimem às leis econômicas. Aliás, é o próprio Marx que se refere inúmeras vezes à “lei natural da produção capitalista”. Não cabe aqui tentar esboçar uma leitura exegética de Marx, de resto sempre enfadonha. O que importa é assinalar que as leis econômicas só podem ser entendidas como *tendências*, e que servem de suporte à ação das classes sociais. Retomando a análise esboçada acima, é preciso então observar que a classe operária não se sujeita, completamente à “lei natural da produção capitalista” e que, portanto, não se pode reduzir o movimento operário e a ação sindical simplesmente à lógica do capital.

É neste sentido que se torna necessário reconsiderar a luta dos trabalhadores, tanto no interior das unidades produtivas quanto no nível da sociedade. A bibliografia a respeito desta luta, sobretudo no que se refere às primeiras duas décadas deste século, é relativamente extensa. E, no entanto a grande maioria das obras dedicadas ao tema limita-se apenas a um relato quase cronológico dos grandiosos feitos do movimento operário, sem apontar nenhuma efetividade destes fatos no conjunto da vida social, a não ser, é claro, na obtenção de alguns direitos trabalhistas. O caso mais extremado destas obras – em que o autor sempre demonstra uma insofismável simpatia pelo seu objeto – talvez seja o recente trabalho de Paula Beiguelman, *Os Companheiros de São Paulo*.²⁷ O fascínio quase sempre substitui a análise, e, como pertinentemente observou Werneck Vianna,

²⁶ CASTORIADIS, C. *L'institution...*, op.cit., p. 41.

²⁷ BEIGUELMAN, Paula. *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

uma das características que informam essas investigações consiste no modo quase acríptico com que incorporam como suposto para as análises as interpretações contidas em relatos memorísticos, escritos ou não, de alguns importantes personagens que viveram a experiência sindical e operária na Primeira República.²⁸

Mas, passado o primeiro entusiasmo, uma análise mais fria revela uma situação decepcionante. Assim, Boris Fausto, apesar de tomar como ponto de partida e proposições básicas “a consideração do estudo da classe operária como parte integrante de uma história global do país [...] (e) a consideração da classe como sujeito de sua história”,²⁹ acaba por constatar o seguinte:

No caso deste trabalho, a contradição entre a burguesia agrária e a classe operária não se define como fundamental, nem constitui o eixo da crise do Estado oligárquico. Convém evitar também o risco de inverter as lentes, com a consequência de dar à mobilização do proletariado urbano – pequena mancha em um imenso oceano agrário, mudo do ponto de vista dos movimentos políticos – uma dimensão que não tem.³⁰

Assim, para o autor só há um consolo: é que a história posterior carrega as marcas do passado.³¹ E um desabafo: “Além disto, não tenho nenhum entusiasmo por um estrito critério de relevância que lembra apenas os vencedores e esquece as causas perdidas”.³²

Esta declaração, no contexto, é no mínimo curiosa: se de um lado estão os vencedores e de outro os perdedores, é porque ambos, de algum modo, estiveram em disputa entre si. Ou trata-se

²⁸ VIANNA, L. W. Estudos sobre sindicalismo... op. cit., p. 9.

²⁹ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e conflito social(1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976, p. 5.

³⁰ Idem, *ibid.*, p. 7-8.

³¹ Cf. idem, *ibid.*, p. 8.

³² Idem, *ibid.*, p. 8.

de uma mera frase de efeito, ou então, Boris Fausto vislumbra, intuitivamente, algo que não se enquadra nas interpretações tradicionais sobre a chamada “República oligárquica”.

Estas são por demais conhecidas: a “República oligárquica” leva esse nome exatamente por configurar um quadro político cuja hegemonia é exercida pelas oligarquias, sobretudo a do café, a qual se une as demais em torno de um “interesse nacional”, a defesa da principal atividade produtiva no Brasil, a cafeicultura. Este “pacto oligárquico” – como denomina Fernando Henrique Cardoso³³ – tinha como seu correlato institucional a chamada “política dos governadores”, cujo mecanismo prático era representado pelo “voto de cabresto”. Esta sistemática do exercício de poder passa a ser questionada por setores da oligarquia dissidente e de camadas médias urbanas – cuja diferenciação social acompanha a diversificação das funções auxiliares da cafeicultura –, ao mesmo tempo em que a crise do modelo agrário-exportador rompe o pacto oligárquico. Instaurada a crise da hegemonia, o cenário político brasileiro, ressentido da ausência de uma nova classe dirigente: assim, o sistema político que se produz é o de “Estado de compromisso”, compromisso entre vários setores da classe dominante, os quais, cada um por si só, não conseguem assumir a direção política. A base política deste “Estado de compromisso”, é obtida com a incorporação das classes populares na cena política, já que a fragilidade do “compromisso” torna-as potencialmente perigosas: dá-se portanto o fenômeno de populismo.

Não é preciso citar aqui os inúmeros autores que, resguardadas as divergências entre si, seguem esta linha de análise bastante difundida – e que Werneck Vianna denomina “interpretação política”.³⁴ O que é importante constatar é o fato de

³³ CARDOSO, Fernando Henrique: Dos governos militares a Prudente – Campos Sales, In: Fausto, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, O Brasil republicano, 1º vol., Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975, p. 48.

³⁴ Cf. VIANNA, L. W. Estudos sobre sindicalismo..., op. cit., p. 14-16.

que neste quadro explicativo os agentes estão bem determinados: a oligarquia, as classes médias urbanas, o “tenentismo”, o Estado e, mais tardiamente, as classes “populares”, mas estas quase que apenas como massa de manobra. Não há, portanto, nenhum lugar para os trabalhadores. Assim, torna-se perfeitamente compreensível que os estudiosos do movimento operário quase sempre se limitem a registrar a cronologia dos fatos bombásticos mas inócuos – e nada melhor para isso que a segunda década –, constituindo uma história do movimento operário à margem da própria história. Algumas tentativas de ruptura com essa dualidade foram, no entanto, esboçadas. Estas, porém, quando muito, concedem aos trabalhadores uma “participação difusa” (Weffort), o que significa que traziam para o universo das preocupações de setores dominantes a chamada “questão social”. Nesse sentido, escreve Rowland:

até a afirmação de que a questão social era “um caso de polícia” traduzia o reconhecimento de que era preciso levar em consideração a classe operária e o seu peso político em qualquer conjuntura de instabilidade política. Desorganizada, era incapaz de tomar uma iniciativa própria que pudesse influir na política nacional; mas a sua possível mobilização por parte da dissidência era temida pelas chamadas “classes conservadoras”, mesmo dentro do campo da Aliança Liberal.³⁵

Malloy diz o mesmo:

as primeiras leis (trabalhistas) foram claramente o resultado da pressão operária sobre o *status quo*. Entretanto, minha leitura do material me induz a pensar que a pressão foi indireta. Muitos analistas deste período concordam que a organização dos trabalhadores no Brasil durante este período era bastante fragmentada do ponto

³⁵ ROWLAND, Robert. Classe operária e Estado de compromisso. Origens estruturais da legislação trabalhista e sindical. In: *Estudos CEBRAP* 8. São Paulo: CEBRAP, abr./jun., 1974. p. 14-15.

de vista organizacional, e ideologicamente confusa: na realidade somente atingiu o apogeu em 1917-19, declinando na década de 20. Por esta razão, parece-me que, embora as organizações operárias ajudassem a criar um clima de crise e chamassem a atenção para seus problemas gerais – “a questão social” –, não lograram desenvolver a força definidora do conteúdo da “questão social” ou iniciar e formular medidas específicas, vinculadas aos problemas da classe operária.³⁶

É absolutamente ocioso discutir se o responsável pelas leis trabalhistas foi a pressão operária ou a astúcia dos setores dominantes e/ou do Estado. Importa mais assinalar que estas análises, quando tentam verificar a presença dos trabalhadores, só conseguem constatá-la difusamente na questão do direito do trabalho: o cenário propriamente político é inteiramente preenchido por outros agentes. Não poderia ser de outro modo. Afinal, este quadro explicativo – que define e fixa os agentes do processo histórico – tem como elementos constitutivos exatamente a *ausência* dos trabalhadores.

Como se constitui então este quadro? Um rápido exame deste já releva que seus temas – oligarquia, voto de cabresto, tenentes-classe média – coincidem exatamente com os elementos do ideário dos vitoriosos de 30. Em outras palavras, toda a historiografia que gira em torno da Revolução de 1930 toma como “evidências” as interpretações que seus partícipes, virtualmente os vencedores, fornecem a respeito. As mais diversas vertentes historiográficas apenas articulam e rearticulam os mesmos temas: suas explicações se organizam, como diz Paulo Sérgio Pinheiro, a partir

dos mitos criados pela reinterpretação que os revolucionários de 1930 oferecem a respeito do passado. Todo o período republicano

³⁶ MALLOY, James. “Previdência social e classe operária no Brasil (uma nota de pesquisa)”, In: *Estudos CEBRAP* 15. São Paulo: CEBRAP, jan./mar. 1976. p. 119-120.

anterior a 1930 passou a ser considerado sob o domínio das trevas, como se a partir daquela data estivesse magicamente liquidado o padrão autoritário e excludente que sempre caracterizou a política brasileira. Do mesmo modo, no que diz respeito à classe operária essa visão se esforçou em sublinhar a irrelevância do movimento operário antes da outorga da legislação trabalhista (corporativista) “mais adiantada do mundo”.³⁷

É por isso que Vesentini e de Decca, em seu importante artigo que marca a reviravolta da historiografia brasileira, afirmam:

Revolução de 30, nesse contexto, jamais pode ser tomada como um mero fato – é uma construção extremamente elaborada. Politicamente, a elaboração *dessa ideia* ocorreu no contexto da luta e do exercício da dominação sob o prisma do vencedor – tal é o movimento de constituição da memória. Essa construção supõe em seus limites certo conjunto de temas, daí derivados, que a bibliografia em geral e a bibliografia em particular consideram objeto de estudo. Assim, temas como política oligárquica, fatos como revolução de 30 e revolução de 32, atores como a oligarquia e os tenentes continuam sendo exaustivamente examinados, embora a maior parte desses trabalhos não tenha se preocupado com a crítica da ideia que substantiva essa refinada construção. [...] A constituição da memória inclui a definição dos agentes históricos que participaram do processo político, de tal forma que alguns sejam excluídos da história. Nessa memória 1930 cumpre tal papel. Assim, todo o processo revolucionário anterior a 1930 é reduzido a prática dos grandes agentes vistos nesta nova etapa – ressalta a oligarquia e administração/Estado.³⁸

³⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 10. Nesta obra, infelizmente e apesar das suas preciosas advertências sobre a mitologia da revolução de 30, o autor acaba prisioneiro dos mesmos mitos.

³⁸ VESENTINI, Carlos Alberto; DE DECCA, Edgar Salvadori. A revolução do vencedor. In: *Contraponto 1*. Niterói: Centro Noel Nutels, nov. 1976. p. 62-63.

E quem são os excluídos da memória, os perdedores? Em primeiro lugar, um processo intenso e rico de participação política, que, malgrado a “política dos governadores” e do “voto de cabresto”, se instaura na conjuntura de 1927/28. E nele toma parte, de modo ativo, o segundo grande excluído da memória: a classe operária, através da sua legenda eleitoral – o Bloco Operário Camponês (BOC), que, segundo Vesentini e de Decca, estabelece uma aliança tácita com os “tenentes” e o Partido Democrático de São Paulo, em torno do tema revolução.³⁹ Não cabe analisar aqui este processo, nem tampouco a participação operária nele, o que, aliás, demandaria mais pesquisa e estudo. Não se trata também de atribuir a estes fatos uma importância decisiva que não têm. Afinal, como afirmava Boris Fausto no texto acima citado, o movimento operário é uma “pequena mancha em um imenso agrário”.

No entanto, é perfeitamente possível afirmar que a solidez atribuída ao sistema oligárquico de política começa a se romper, ao menos a partir da conjuntura de 27/28, através dos seus próprios poros e graças a intervenção de vários fatores, inclusive do proletariado. A participação deste, então, não se limita às reivindicações do seu direito enquanto fator econômico, enquanto força de trabalho, mas também e sobretudo corresponde à irrupção na cena aberta da política de um agente histórico, com um programa próprio, ainda que não claramente explicitado. É precisamente nisto que se vislumbra o verdadeiro “perigo”, e é por isso que esta presença deve ser excluída da memória. É sintomático que já em 1929, o Conselho Municipal do Distrito Federal deixasse de registrar em seu órgão oficial os discursos de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira, intendentess do BOC.⁴⁰ É também sintomática a escassez de estudos de classe operária da década de 20 – terreno privilegiado da classe média

³⁹ Cf. idem, *ibid.*, p. 54 e Vesentini, C.A. A fulguração do recorrente. In: *Tudo é História. Cadernos de Pesquisa 2*, São Paulo, AUPHIB/Brasiliense, 1978. p. 29.

⁴⁰ Cf. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas (memórias)*. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 366.

e dos “tenentes” – sob a simples alegação de que o movimento operário, após a fulgurância de 17-19, entraria em descenso.

Apagar, pois, da memória este espaço democrático que a classe operária produziu com a sua entrada na cena político-parlamentar exige operações prodigiosas. Para isto, releva-se o caráter autoritário e corrupto do “Estado oligárquico”, contra o qual se faria a revolução de 30, e os ideais “democráticos” dos “tenentes”, pelo menos da sua facção vencedora, são enaltecidos. E, o que é pior, a memória que assim se constitui é acriticamente incorporado pela historiografia:

A revolução de 1930 – escreve Weffort – é o ponto de partida de uma nova fase na história brasileira, em que se assiste a um complexo desenvolvimento histórico-político cujos traços dominantes são as tendências de liquidação do Estado Oligárquico [...] e de formação de um Estado Democrático[...].⁴¹

O curioso é que até hoje se espera esse tal Estado Democrático.

Mais ainda: é preciso justificar a presença de um Estado todo poderoso que se instaura sob o signo da democracia. Trata-se de demonstrar então a fragilidade e a inoperância da chamada “sociedade civil”, terreno, afinal, em que se permitiu a penetração da classe operária. Assim, tanto se “demonstra” a inexistência deste espaço pela farsa da política dos governadores, quanto a sua precariedade pela “inconsciência” e “imaturidade” da classe operária e também da burguesia industrial, ou pelo desinteresse desta em relação à política. Tanto o Estado demiurgo de Oliveira Vianna, de um lado, quanto o Estado *Benefactor* e a via prussiana de Werneck Vianna e o Estado de compromisso de Francisco Weffort e vários outros, de outro lado, enquadram-se nesta linha de justificativa, apesar de suas divergências teórico-metodológicas entre si.

⁴¹ WEFFORT, Francisco Corrêa. Estados e Massas no Brasil. In: Weffort, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 45.

Na realidade, porém, a fragilidade da “sociedade civil” não consiste na incapacidade dos cidadãos de participarem da política, mas na precariedade do espaço político no Brasil de comportar a classe operária. É preciso, portanto, erigir um sistema de repressão e controle sobre esta incômoda classe e para isto se requer um Estado forte. Essa necessidade atende claramente a uma política de classe, a da burguesia. Se esta pode ser subdividida e categorizada em várias frações, cada qual com interesses específicos, de acordo com as formas que o capital assume no seu movimento – o que leva às constatações do tipo “burguesia industrial fraca e/ou desinteressada da política –, de modo nenhum pode-se obscurecer o fato de que a burguesia, diante do proletariado, e sobretudo nas situações críticas, assume uma posição de classe como um todo. A constituição da memória que exclui os trabalhadores corresponde exatamente a essa tomada de partido da burguesia como um todo. O que se propõe aqui é, portanto, repensar a história brasileira não mais como história da oligarquia, ou da burguesia industrial, ou das camadas médias, do Estado, ou mesmo da classe operária, mas, efetivamente, como história das lutas entre agentes reais que se verificam numa sociedade como um todo: em suma, repensar a história brasileira como história da luta de classes.